

EDITOR DE UM LIVRO DENUNCIANDO MASSACRES EM MOÇAMBIQUE VÍTIMA DE PROCESSO JUDICIAL

• **José Ribeiro concede entrevista exclusiva à «TEMPO»**

Quando o padre Adrian Hastings denunciou em Londres a existência de massacres comprovados em Moçambique, a propaganda colonial-fascista sofria mais um rude golpe.

Passados alguns anos, já se apagavam da memória de muitas pessoas esses factos e poucos ligavam à figura de um dos candidatos às eleições presidenciais portuguesas com a responsabilidade dos acontecimentos que, poucos anos antes, Hastings tinha feito conhecer à opinião pública ocidental.

Kaulza de Arriaga pretendia, sem qualquer consideração com o espírito do 25 de Abril, dirigir os destinos de uma Nação que, pouco tempo antes se tinha insurgido contra uma guerra de que ele tinha sido um dos principais responsáveis.

Foi por essa altura que se publicou em Portugal, assinado por José Fortunato, um livro intitulado «Massacres da Guerra Colonial. Tete, um exemplo» que era um conjunto de documentos que comprovavam a existência de massacres e a clara responsabilidade de Kaulza de Arriaga nos acontecimentos.

O General foi obrigado a retirar a sua candidatura e a publicação do livro terá sem dúvida, contribuído para o efeito.

Paradoxalmente, a hierarquia militar portuguesa, que aparentemente só teria a ganhar em demarcar-se do velho e fanático colonial-fascista, instaurou um processo judicial contra o autor do livro.

José Fortunato é o pseudónimo de José Ribeiro que, esteve recentemente em visita a Moçambique ligado a conversações relacionadas com a indústria gráfica.

A entrevista que se segue é, pois, a história do que se passou com o processo judicial e também o modo como J. Ribeiro interpreta os acontecimentos. Aqui fica, pois, mais um capítulo, para a história de como, mesmo depois do 25 de Abril em Portugal ainda se reagia a crimes contra a humanidade como é o caso de massacres contra populações indefesas.



«O que pretendíamos com esta publicação era tornar claro que havia responsáveis concretos não só pela existência da guerra como por todos os crimes praticados no seu decurso»

TEMPO — Sabemos que o senhor é autor de um livro relativo à guerra colonial intitulado, «Massacres da Guerra Colonial. Tete, um exemplo». A que obedeceu a ideia da feitura desse livro?

JOSÉ RIBEIRO — Em primeiro lugar eu gostaria de fazer uma rectificação. Eu sou o editor do livro e não o autor. Li os textos e documentos que o livro fotografa e retrata. A ideia do livro surgiu já numa fase de refluxo da revolução portuguesa, a partir do golpe reaccionário de 25 de Novembro de 1975, e é uma contribuição, embora pequena e modesta, para o julgamento dos principais criminosos de guerra, (que é a forma que entendo como correcta de chamar aos responsáveis do colonial-fascismo).

T — Talvez pudéssemos fazer um retrato breve sobre o que é que o livro continha...

J. R. — O livro tem uma estrutura muito simples: São fotocópias, feitas em off-set, a partir de originais que possuímos. Esses originais são ordens de operações militares, algumas cartas de altos comandos militares responsáveis por estas operações. Incluí, além disso, mais alguns documentos que provam uma certa divisão no seio da igreja católica árcua destes mesmos massacres. Há uma parte, mais conservadora, que se mostra completamente alienada com o colonial-fascismo e, por outro lado, uma certa igreja que já começa a pôr em causa não só a própria guerra mas sobretudo a existência comprovada de massacres de que, aliás, já tínhamos conhecimento antes não só através de um certo movimento anticolonial em Portugal para o qual eu dei a minha modesta contribuição mas sobretudo pelo conhecimento que tinha sido revelado ao mundo através do Padre Adrian Hastings e que tinham tido uma certa repercussão.

Em resumo, o que nós pretendíamos com esta publicação era tornar claro de que havia responsáveis concretos não só pela existência da guerra como por todos os crimes praticados no seu decurso e, por outro lado, que estes responsáveis cometiam não só um crime contra os povos que sofriam as consequências da guerra mas também contra o próprio povo português que sacrificava inutilmente uma boa parte dos seus filhos numa guerra sem qualquer justificação.

T — A seguir à publicação do livro surgem alguns incidentes...

J. R. — É levantado um processo contra mim pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, assinado pelo comandante do exército, em que eu era acusado de «minar a moral e a coesão das forças armadas».

Posteriormente fui ouvido pela Polícia Judiciária Militar e por um Juiz dessa mesma polícia que concluiu o processo.

Ao que sei, o processo correu através do Quinto Tribunal Militar Territorial de Lisboa e até agora, apesar da publicação da Lei da Amnistia que, teoricamente, deveria abranger o processo, não me foi comunicado nada até ao momento.



«Vivemos em Portugal uma situação difícil. Existe, de facto, um governo de direita instalado no poder»

T — Acha que essa reacção tão forte por parte da direita militar portuguesa se justifica também pelo momento político que se vivia em Portugal?

J. R. — Quanto ao momento político, como já disse, o livro aparece num momento que consideramos já ser de um certo refluxo da revolução portuguesa. Aparece também na altura a candidatura do general Kaulza de Arriaga, pessoa que aliás é bastante citada nos documentos do livro, candidatura essa que vem depois a retirar...

T — E como justifica essa pressão junto de si de militares que, aparentemente, estariam interessados em demarcar-se de pessoas como Kaulza de Arriaga?

J. R. — A análise que eu faço é de que a hierarquia militar nunca pretendeu pôr em causa, os principais responsáveis pelo colonial-fascismo. Isso é tão evidente que nós assistimos hoje, de facto, a uma situação em que a hierarquia militar, não sendo as mesmas pessoas, não usam, mesmo num sentido pedagógico para o Povo português, de qualquer acção no sentido de afastar estas forças armadas (que apesar de tudo, são o resultado do 25 de Abril), do seu próprio passado colonial e de suportes dum regime colonial-fascista. Portanto, a leitura que eu faço é de que os altos comandos militares não pretendiam disvincular-se completamente desse exército que mantém a sua estrutura tal como existia antes. Em consequência, certos temas são considerados tabus a guerra colonial é um deles.

T — Em princípio com a lei da Amnistia, aparentemente o processo foi encerrado. Mas, o facto de nada lhe ter sido comunicado oficialmente poderá interpretar-se como estando à espera de melhores condições para ser reaberto?

J. R. — Para mim, isso é evidente. A situação actual é uma situação complexa. A direita está não só instalada no aparelho de estado como também se instalou mesmo nos órgãos de comunicação social.

Portanto, se houver condições favoráveis num futuro próximo eu penso que o meu é um tipo de processo a ser reaberto se as condições o permitirem.

De qualquer dos modos o processo está abrangido pela Lei da Amnistia embora eu, pessoalmente, preferisse que o processo fosse efectuado. Preferia que, ao nível da opinião pública, o problema fosse levantado e que pudéssemos explicar mais claramente as nossas intenções ao fazer a divulgação desse livro.

T — Foi isso que aconteceu na primeira fase de instauração do processo?

J. R. — Bem, a imprensa portuguesa é uma imprensa que tem muitas contradições. A direita, controlando embora os órgãos principais, como a televisão, a Rádio e os jornais estatizados não pode, de facto, dominar completamente a situação dos próprios jornais e sobretudo não pode comprar a consciência dos próprios jornalistas. É necessário dizer que uma parte dos jornalistas e órgãos de comunicação social não têm a ver, de facto, com o projecto da direita.

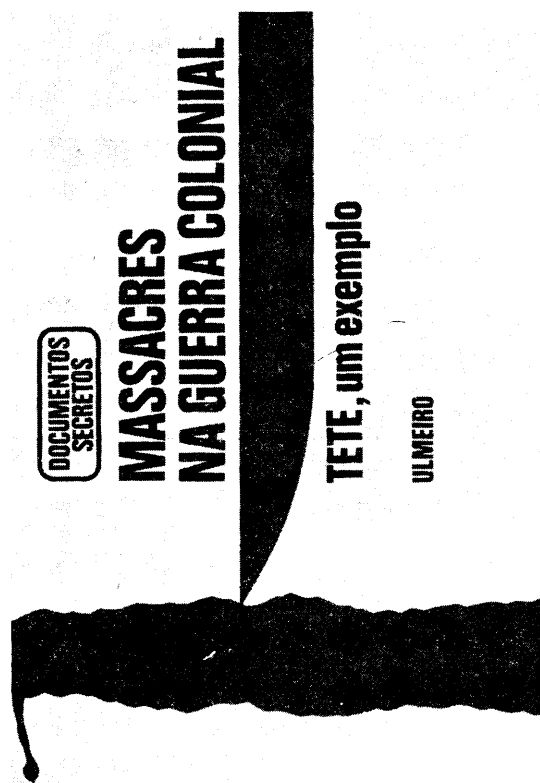
Quando nós denunciámos publicamente a existência do processo fazíamos-lo tendo em conta isso.

O movimento de opinião pública pensa que foi importante para que o processo tenha sido mais ou menos metido na gaveta, uma vez que alguns principais jornais portugueses publicaram o nosso comunicado e as nossas denúncias.

T — Sabemos que é director de uma nova revista que vai sair chamada «Três Continentes» e que vai abordar, como o nome indica, a problemática dos países da África, Ásia e América Latina. Gostariamos que nos falasse um pouco do projecto dessa revista....



«A revista Três Continentes» pretende ser um modesto contributo para uma nova ordem na Informação



Capa do livro «Massacres da Guerra Colonial. Tete um Exemplo». «O Livro tem uma estrutura muito simples. São fotocópias feitas em off-set, a partir de originais que possuem

J. R. — Bom, a revista, pretende, a partir da nossa situação em Lisboa, ser um modesto contributo para uma nova ordem na Informação. Estamos situados numa zona onde a informação ocidental veicula diariamente, sobre estas partes do mundo, uma informação errada, não objectiva. Nós pretendemos exactamente lutar contra isso.

Pretendemos revelar as lutas de libertação dos povos que ainda lutam contra a opressão, analisar e aprofundar as questões relacionadas com a própria economia destes países e as culturas de cada um destes povos.

T — Finalmente, gostaríamos que fizesse uma breve referência à actual situação portuguesa....

J. R. — Nós vivemos em Portugal uma situação difícil. Existe, de facto, um governo de direita instalado no poder e existe uma tentativa de controle e de condicionamento da própria opinião pública, o que é ainda mais grave, da parte deste governo.

Mas eu confio na capacidade do Povo e na sua determinação, nas suas organizações, na capacidade de, em última análise, a esquerda portuguesa compreender qual é o interesse histórico do Povo português e de certas questões secundárias poderem ser ultrapassadas de forma a que um projecto unitário, global, seja apresentado não só como entrave à direita mas também como alternativa e que esse projecto possa surgir da dinâmica das lutas populares e da força organizada dos trabalhadores.

Entrevista conduzida por Sol Carvalho